

OS (DES) CAMINHOS COM O TRABALHO DE PRODUÇÃO TEXTUAL NAS SALAS DE AULAS DO ENSINO MÉDIO

Antonio Aldair Neto

Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar - FACEP
profaldairneto@bol.com.br

Resumo

Neste artigo, ligado ao Eixo Temático: Didática, Formação e Práticas Pedagógicas em Contextos Escolares e Não Escolares – aberto durante a realização da VI SETEPE (Semana de Estudos, Teoria e Práticas Educativas), será apresentado o resultado de leituras e estudos com a finalidade de contribuir para com a reflexão sobre questões pertinentes ao trabalho com a produção de textos. São muitos os problemas advindos do ensino do texto e essa realidade se torna mais preocupante quando é vista, em particular, nas salas de aula do Ensino Médio – modalidade que antecede o ingresso dos alunos à Universidade. Para tanto, buscamos analisar como o professor vem desenvolvendo a condução/mediação deste trabalho; que encaminhamentos serão necessários para que esta problemática seja vencida de modo a propiciar ao aluno melhores resultados diante da aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, dos vestibulares que ainda resistem e na prova de redação dos concursos públicos, e ainda, como a Universidade atua, nesta questão, em relação aos docentes do futuro. Essa discussão tem atravessado décadas de debates apurados, mas infelizmente não têm sido suficientes para que este mesmo ponto não continue ganhando espaço nos tantos estudos e pesquisas no meio acadêmico e/ou afins. Tomou-se como base e fundamentação teórica autores como Antunes (2003); Costa Val (2006); Bakhtin (2006); Bunzen (2006); Geraldi (1984) entre outros que discutem e analisam o trabalho com o texto em sala de aula. Certamente, despertaremos novas discussões que possam corroborar para uma maior atenção à produção de texto nas escolas, uma vez que se tornou notável a necessidade de inovações metodológicas, sobretudo em aulas destinadas ao ensino do texto. Não obstante, o hábito de ler entre os sujeitos do processo (professor e aluno) precisa ser encarado como fator relevante para a melhor compreensão do mundo que nos cerca e conseqüentemente, como respaldo às novas produções.

Palavras-chave: ensino de texto, mediação, produção, reflexão.

Introdução

É bem verdade que as questões que dizem respeito ao trabalho com o texto em sala de aula já ganharam bastante atenção de muitos estudiosos importantes deste país. No entanto os dados de pesquisas que mostram o quadro educacional do Brasil frente aos demais países do mundo como o PISA (Programme for International Student Assessment), por exemplo, nos dão conta de que temos muito a fazer para que haja de fato um melhoramento significativo – por que não dizer um salto - na educação de modo que consigamos dormir mais tranquilos em relação ao futuro dos tantos estudantes que esperam, das escolas como um todo, a obtenção de um rumo certo quanto aos seus ensinamento/estudos.

Durante décadas ouvimos relatos de professores e alunos que demonstram sobre tudo uma preocupação com o ensino e aprendizagem do texto. Aqui especificamente quando da sua produção - o que obviamente não descarta a importância da leitura como fator principal na absorção de conhecimentos que ressurgirão enquanto argumentos na tessitura textual, porém nos deteremos à própria produção do texto. Quais os encaminhamentos necessários para que estas tantas dificuldades sejam vencidas? Como as universidades vêm tratando a questão da formação dos professores para que este “problema” (ligado ao ensino do texto) seja solucionado mesmo que em parte? E como atuam na realidade estes professores em sala de aula quando o assunto é a produção de texto? Estas questões vêm ganhando atenção dia após dia, gerando discussões que caminham lado a lado com os discursos de dificuldades e problemas.

Assim, aumentar o leque de estudos sobre a temática se faz por demais necessário, principalmente quando há um interesse maior em contribuir com sugestões que de repente possam mobilizar – mesmo que uma pequena parte – os tantos profissionais de educação que são responsáveis pela formação sociocultural do nosso povo. Essa ideia sustenta-se na tentativa de se chegar ao perfil ideal do professor que segundo Antunes (2003) é o de contribuir significativamente para que os alunos ampliem sua competência no uso oral e escrito da língua portuguesa.

Chegarmos a esse perfil significa antes de tudo um doar-se à profissão, significa pensar no aluno como um ser ativo e que espera do professor espaços e direção para que esta ampliação de fato aconteça e, possibilitar ao aluno o conhecimento real do uso da língua em todas as suas formas, aqui em exclusividade a escrita, é algo que poderá nos dar excelentes resultados num futuro não distante, além de propiciar ao estudante a sua verdadeira inserção no meio social de modo que não seja mais um cidadão passivo e tragado pelo capitalismo selvagem que exclui e coloca à margem aqueles que não detêm o conhecimento.

2. Caminhos da educação e do ensino do texto

É bastante pertinente ressaltarmos que os problemas vivenciados em sala de aula talvez tenham ligação direta com o sistema global de educação. Grande parte dos professores que continuam hoje atuando em sala de aula tem procurado, em larga escala, as universidades em busca de respostas às mais variadas questões que permeiam o universo do ensino-aprendizagem em língua materna.

Essa atitude foi aos poucos fazendo com que houvesse uma ampliação nos cursos de formação, ao longo dos tempos, de modo a oferecer o melhor possível aos futuros profissionais já que é sabido por todos o quanto é difícil a arte de ensinar. Essa afirmação se ouve constantemente entre os personagens envolvidos diretamente com a educação e a sociedade, com sua pluralidade sócio-histórico-cultural, corrobora para com esse fato já que os problemas de ordem social atingem diretamente os indivíduos constituindo um mundo de valores diferenciados que adentram a sala de aula. Em relação a isso Perrenoud (2000, p.142) explica que, “(...) em uma sociedade em crise e que tem vergonha de si mesma, a educação é um exercício de equilibrista”.

São questões relevantes no que diz respeito ao trabalho do professor em sala de aula que vem se tornando cada vez mais alvo de pesquisas pelos centros acadêmicos que buscam, no dia a dia, alternativas que possam emergir como respostas aos tantos problemas infiltrados no ato de ensinar. É possível que essas tantas pesquisas universitárias deem aparato técnico aos docentes, num futuro próximo, fazendo com que tenhamos um professor melhor qualificado para atender às demandas do processo de ensino com mais tranquilidade. Para tanto, é obvio que muito ainda deve ser feito e, além dos trabalhos que vêm se desenvolvendo ao longo de décadas, fica imprescindível o querer ser um bom profissional, posição que deve ser tomada e assumida por todos aqueles que desenvolvem a árdua tarefa de ensinar.

É fácil encontrar em qualquer escola professores desmotivados, arrastados pelo tempo e que ministram aulas como se fossem forçados pelo sistema a realizar aquelas atividades. Esse quadro reflete um profissional muito aquém do que queremos e/ou esperamos encontrar em sala de aula. Possenti (2009) diz que o professor ideal dever-se-ia ter autonomia, mas seguindo planejamento. Ser participativo, seguro, pesquisador, leitor e produtor de textos eficientes, ser visto e tratado como profissional.

Se pararmos para refletir sobre essa afirmativa e ao mesmo tempo imaginarmos a figura do professor de língua portuguesa/produção de textos - que parece ser tido como o único responsável pelo aprendizado de escrita dos estudantes - é possível que já possamos antecipar algumas conclusões sobre o porquê de tantos problemas na educação. O reflexo da ausência de profissionais realmente capacitados e conscientes dos seus deveres para com o ensino se vê claramente nos resultados dos níveis de evolução da aprendizagem apresentados anualmente pelo Ministério da Educação.

Muitos autores falam sobre as dificuldades dos estudantes com a escrita de textos e isso nos faz pensar que algo na escola não anda bem. Segundo Santos (2007) “Caberia, à escola, no seu papel de ensinar a produzir textos, garantir ao aluno desenvolver sua

capacidade de criar e organizar bem as ideias, dominar a gramática e ter acesso a modelos de escrita”. Isso pode, de repente, não ser uma realidade no trabalho docente.

Tem sido possível também ouvirmos discursos de profissionais que afirmam ser a desmotivação dos alunos, a rebeldia, a indisciplina os fatores preponderantes e que podem traduzir essas dificuldades sob a ótica do desinteresse e não necessariamente do trabalho docente. Alguns professores afirmam inclusive já ter o domínio de tudo de que necessitam para o perfeito andamento de sua aula de produção textual, porém “saber alguma coisa não é mais suficiente. É preciso também saber ensinar” (TARDIF 2002, p.44).

Evidentemente, é necessário que digamos que o processo de ensino de textos no Brasil passou por muitas modificações e, as marcas de um período que vem desde a década do chamado “ensino da composição”, como nos diz Bunzen (2006, p.142 - 144) ”Nesta época, fazer composições significava escrever a partir de figuras ou títulos dados, tendo como base os textos-modelo apresentados pelo professor”; podem permear ainda hoje o trabalho com a escrita de textos na escola. E continua: “Foi apenas durante as décadas de 1960 e 1970 que começamos a perceber algumas novidades em relação ao ensino da então chamada **Redação escolar**”. Nesse período, inicia-se, por exemplo, um incentivo a questão da “criatividade do aluno”, ou seja, os textos de leitura eram utilizados como “um estímulo para escrever, e o texto produzido era resultado de um processo criativo, estimulado pelo método” (Rojó & Cordeiro, 2004, p.8).

Neste percurso o ato de produzir textos ainda passou por nomenclaturas que iam de encontro com os métodos utilizados para o seu ensino. Assim, a redação escolar passa mais tarde a se chamar de **ato de comunicação e expressão** e por fim **Redação de vestibular**, ganhando inclusive espaço reservado nos manuais de Língua Portuguesa, mantendo-se ainda longe da real concepção de texto enquanto construção de sentidos.

Há permanentemente uma necessidade de renovação na prática de ensino e, todos que são envolvidos nesse processo precisam ter essa concepção – parafraseando o que diz Bakhtin (2006, p.10) em sua definição a Dostoievski “(...) todo problema permanece aberto, sem fornecer a mínima alusão a uma solução definitiva”. Assim é que devem pensar os envolvidos diretamente com o ato de ensinar – o que possivelmente os levariam a se tornarem também pesquisadores.

Para reforçar esse nosso dizer, atentemos para o que Oliveira (2011) pontua.

São dois os motivos pelos quais o professor precisa manter-se envolvido com a pesquisa: primeiro para acompanhar o desenvolvimento histórico do conhecimento, segundo, porque o conhecimento só se realiza como construção de objeto. (OLIVEIRA, 2011, p.25).

Esse pensamento nos remete a figura do professor ideal como o descrito anteriormente por Possenti (2009), porém muitas pesquisas que trazem os objetivos das aulas de produção de texto dão conta de que “normalmente o objetivo da atividade de produção é o de preencher o tempo do aluno, evitando que fique circulando pela escola; escolhe-se pois uma tarefa que ocupe um tempo razoável, o suficiente para adiantar uma aula sem maiores problemas e que mantenha a disciplina da classe. Não há compromisso com o ato de escrever, uma vez que o próprio aluno tem plena consciência de que o professor irá apenas recolher as redações e talvez vistá-las”. Chiappini (1997, p.76).

Pode ser que nesse processo, que acaba por se tornar um círculo vicioso, os alunos acabem perdendo completamente o gosto pela escrita e conseqüentemente tenham, nas aulas de produção textual, uma concepção errônea sobre algo que representa extrema importância para o seu sucesso no âmbito escolar e social.

Ainda segundo Chiappini (1997), “as linhas metodológicas utilizadas tratam diretamente o ato da escrita como um dom, como uma consequência ou como um trabalho”. Isso pode desvirtuar completamente a essência das aulas de língua portuguesa dedicadas à produção de textos. É plausível que façamos referência nesse contexto aos chamados “gêneros escolares”.

A este respeito, é pertinente refletirmos sobre o pensamento de Dolz & Schneuwly (1995). Leiamos.

“ Gêneros escolares”, são autênticos produtos da escola com o objetivo de desenvolver e avaliar sistematicamente as capacidades de escrita dos alunos. O ensino de tais textos tem sido organizado em seqüências relativamente estereotipadas tais como a descrição-narração-dissertação, sendo acrescentados, em alguns momentos, a esta seqüência, a resenha e o resumo. O trabalho de produção desses gêneros escolares acontece sem que se considere o contexto em que a escrita se realiza, isto porque a produção escrita é vista como uma só, independentemente do que se escreve, de quem escreve e para quem se escreve. (DOLZ & SCHNEUWLY, 1995, p.15).

Ao contrário dos chamados “gêneros escolares”, há uma variedade muito significativa de gêneros textuais e os professores, cremos, precisam ter o conhecimento destes de modo a poderem com segurança desenvolver o seu trabalho. A eclosão da análise linguística, fortemente confundida com “gramática contextualizada” – conforme Santos

(2007), serviu como uma explosão que forçou maior atenção por parte dos docentes aos gêneros textuais, porém ao nosso ver muitos não acompanharam tais mudanças e, possivelmente, uma vez munidos de livros didáticos, tiveram neles a tábua de salvação para o ensino de produção de textos. Prendendo dessa forma, os estudantes, aos tantos trabalhos de escrita impostos pelo manual.

“Produzir textos é um processo complexo. A aprendizagem de tal conhecimento é lenta e longa” (SCHNEUWLY 2004, p.125). É partindo desse pensamento que o trabalho com a produção textual nas aulas de língua portuguesa no Ensino Médio precisa passar por modificações contínuas. Isso significaria apostar no envolvimento de professores e alunos na aprendizagem enquanto fator primordial para que se alcance o sucesso na educação.

Geraldi (1993, p.135) considera a produção de textos “como ponto de partida de todo o processo de ensino/aprendizagem da língua [pois] é no texto que a língua se revela em sua totalidade”.

O papel do professor, principalmente nos dias atuais, em meio ao surgimento de mídias entre outros aparatos tecnológicos que invadiram as salas de aula e podem ter modificado o modo de ser dos estudantes, se torna foco de atenção para as tantas pesquisas que podem, uma vez adotadas, produzir bons trabalhos num futuro. O envolvimento dos profissionais com a pesquisa e conseqüentemente com a formação continuada poderá ser um passo significativo para o progresso reduzindo simultaneamente uma boa parte dos problemas diários relacionados ao ensino.

É óbvio que muitos aspectos na condução do trabalho com a produção de textos precisam ser levados em conta e a escola precisa aguçar a criatividade dos alunos, mas antes disso valorizar o que estes já trazem de suas convivências extraclasse e não necessariamente fechá-lo no plano do próprio professor ou contido, e seguido à risca, nos manuais didáticos.

No plano do desenvolvimento do texto – onde permeiam saberes, experiências, convivências e opiniões, Costa Val (2006, p.36) vem nos mostrar que “(...) o ensino de redação só teria a ganhar se se procurasse respeitar na escola o que se aprende na vida. A interação comunicativa de verdade é um processo essencialmente intersubjetivo; são pessoas que produzem/interpretam textos, e entram nesse jogo com toda a sua individualidade”. De repente a não valorização de um texto pelo professor, em razão deste configurar aspectos da vida de quem o escreveu, possa representar uma aversão do aluno às aulas de produção textual.

Esses, assim como muitos outros pontos, são relevantes quando a questão é o ensino do texto e, os professores num geral precisam ser conhecedores dessas discussões que podem

melhor nortear o princípio de mediação deste em relação ao trabalho com o texto em sala de aula. Tratemos, pois, de reflexões que nos levam a melhor entendermos as entrelinhas do próprio processo de escrita textual no tocante à pessoa a quem se destina a produção – ao outro – ao interlocutor. Esse dará, involuntariamente, a razão necessária para quem escreve, fazendo com que o texto tenha sentido, utilidade. Antunes (2003, p.46) nos diz que quem escreve, na verdade escreve para alguém, ou seja está em interação com outra pessoa. Essa outra pessoa é a medida, o parâmetro das decisões que devemos tomar acerca do que dizer, do quanto dizer e de como fazê-lo.

Os dizeres acima apresentados nos mostram claramente a importância de que o nosso aluno seja conhecedor da real necessidade da produção do texto, de sua valorização e eficácia dentro ou até mesmo fora da escola. É preciso que professor e aluno tenham claro seu interlocutor, pois é este o responsável por nortear o trabalho de escrita – dessa forma o texto passa a ter funcionalidade e esse fator, provavelmente, servirá de termômetro para medir o grau de envolvimento dos alunos com a produção escrita uma vez que percebem que o seu trabalho não se perderá nas gavetas ou pastas do professor ou que apenas serão devolvidos sem anotação qualquer e, conseqüentemente sem nenhum comentário o que, de praxe, em nossas escolas públicas é a cena mais presente.

É exatamente no campo deste cenário de formulação de uma temática, possível motivação à escrita da chamada REDAÇÃO, recolhimento, atribuição de uma nota e devolução dos textos que acreditamos centralizar-se o maior problema com o trabalho de escrita na sala de aula. Segue a esse ritual uma busca permanente pelo ajuste da linguagem à norma culta deixando, muitas vezes, em evidência que apenas esta tem valor social – em detrimento às tantas outras formas de expressão que se juntam à língua na multiplicidade de falares e de saberes e que num todo corroboram a comunicação entre os povos.

Não é de hoje que existem reclamações dos alunos no tocante à correção de seus textos. Estes, em grande maioria, são devolvidos destacados de vermelho onde claramente se percebem os erros ortográficos entre outros poucos aparatos ligados diretamente às regras da gramática normativa. Não é que esse aspecto não seja importante, mas há uma grande necessidade de que este trabalho seja interpretado de forma diferenciada e que vá ao encontro com os tantos dizeres que devem servir de base no processo de ensino. O PCNEM (2000, p.22) diz que a situação formal da fala/escrita na sala de aula deve servir para o exercício da fala/escrita na vida social. Caso contrário, não há razão para as aulas de língua portuguesa.

Repensar, pois, como as aulas de língua portuguesa – de onde saem os momentos de produção de textos – precisam ser melhor planejadas e executadas caracterizam o foco de

grande atenção para muitos estudiosos da área. A utilidade dessas aulas não pode, em nenhum momento, se reduzir a aula pela aula – como se não houvesse portas que conduzissem esses saberes à convivência dos alunos com seus familiares e outros grupos sociais que perpassam os muros escolares.

Leiamos a continuidade desse pensamento contida no Brasil (2000) reforçando o nosso dizer:

A escola não pode garantir o uso da linguagem fora do seu espaço, mas deve garantir tal exercício de uso amplo no seu espaço, como forma de instrumentalizar o aluno para seu desempenho. Armá-lo para poder competir em situação de igualdade com aqueles que julgam ter o domínio social da língua. (BRASIL, 2000, p.22)

Desse modo justifica-se diretamente a importância do cuidado do professor com o ensino do texto, principalmente quando o documento (PCNEM) deixa claro que não há condições de se garantir um uso único e efetivo de linguagem tal qual é ensinado na escola, fora dela, quando esta privilegia uma norma em detrimento de tantas outras, mas que o conhecimento de todas elas e a prática permanente nas mais diversas situações de fala e escrita poderão dar condições de o aluno além de interagir bem socialmente, não se tornar mais um manipulado pelo sistema, por ser passivo, pela não habilidade do domínio da língua em suas diversas manifestações. É, complementando essa discussão que Antunes (2003, p.115) nos diz que a única linguagem que faz sentido para qualquer pessoa, é aquela que expressa o que queremos dizer, por algum motivo, de nós, dos outros, das coisas do mundo.

Considerações finais

A existência de um problema que parece ser intrínseco à educação no tocante ao ensino da produção de textos escritos na escola (e com maior incidência no Ensino Médio) é algo inegável. Bem como é a existência de muitas discussões sobre este fato dentro e fora das escolas. O que realmente chama a atenção de todos os estudiosos, bem como dos agentes envolvidos nesse processo (professores e alunos), é a perpetuação de uma situação que não é confortável para nenhum dos envolvidos e, principalmente, nos levar a crer na falta de atitude por parte do professor na mediação de seus ensinamentos nas aulas de língua portuguesa destinadas ao ensino do texto escrito.

Antunes (2003) fortalece nossa colocação quando diz: Aulas de português, perguntamo-nos todos os dias: a favor de quem? A favor de quê? Se as pessoas não ficam mais capazes para – falando, lendo, escrevendo e ouvindo – atuarem socialmente na melhoria do mundo. Tem-se uma convicção de que é necessário parar, repensar e reiniciar todo o trabalho tendo como ponto de partida não a gramática, o livro didático e/ou os tantos cadernos de anotações que atravessam anos e mais anos – mas um novo método de ensino com o intuito de rever as lições com o objetivo específico de atender a um mundo cada vez mais moderno, tecnológico e diversificado que aos nossos olhos, infelizmente, tem contribuído para um individualismo cada vez mais crescente e uma luta acentuada pelo poder, fazendo com que a transformação do mundo para melhor seja, a cada dia, protelada.

Por último, ressaltamos que o trabalho com a produção de textos nas aulas de língua portuguesa já obteve melhorias significativas nas últimas décadas, isso nos impossibilita uma generalização quanto aos problemas aqui descritos, embora estes permaneçam de forma a configurar uma necessidade o desenvolvimento de pesquisas e a produção de trabalhos voltados a essa temática.

As discussões devem obrigatoriamente adentrar cada vez mais às escolas espalhadas por todo o Brasil, com o objetivo principal de tornar o ensino de texto mais próximo da realidade dos alunos, com mais ênfase, com objetivos de ensino claros onde o aluno poderá entender a real necessidade deste aprendizado para sua formação enquanto indivíduo responsável pela tão esperada transformação social.

Referências Formatação:

ANTUNES, I. **Aula de Português: encontros e interação.** São Paulo: Parábola, 2003.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** Tradução Paulo Bezerra. 12 ed. São Paulo. Editora Hucitec, 2006.

BUNZEN, C; MENDONÇA, M. (Orgs) **Português no ensino médio e formação do professor.** Parábola Editorial, 2006.

CHIAPPINI, L. (Coord. Geral). **Ensinar e aprender com textos.** São Paulo: Cortez, 1997.

GERALDI, J. W. (ORG) **O texto na sala de aula.** Cascavel: ASSOESTE, 1984.

OLIVEIRA NETO, P. F; SAMPAIO, M. L. P; BESSA, J. C. R. (Org) **Ensino, pesquisa e formação de professores de língua portuguesa e de literatura**. Mossoró: Edições UERN, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

POSSENT, S. **Gêneros Discursivos**; Bakhtin vai à escola. Id: ARANHA, S. D. de G; PEREIRA, T. A. M.; ALMEIDA, M. de L. L. (Orgs) **Gêneros e linguagens: diálogos abertos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.

ROJO, R; CORDEIRO, G. S. **Gêneros orais e escritos como objetos de ensino**: modo de pensar, modo de fazer. IN: SCHNEUWLY, B. ET alli. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: mercado de Letras, 2004.

SANTOS, C. F.(Org) **Diversidade textual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SCHNEUWLY, DOLZ, J. e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Gla'ss Sales Cordeiro, Campinas/SP: Mestrado em Letras, 2004.

_____. **Gêneros escolares**. Das práticas de linguagem aos objetos de ensino, 1995. (mimeo).

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAL, M.das G. C. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.